

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.625.192 - PE (2016/0213541-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : JOAO BATISTA DE ALMEIDA
ADVOGADO : FABIO DE SOUZA LIMA E OUTRO(S) - PE001633A

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela União contra decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa nesta Corte Superior, em virtude da existência de decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 870.947/SE, Tema 810, suspendendo a discussão relativa à aplicabilidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009.

Aduz a embargante, em síntese, que a decisão impugnada possui omissão quanto à demonstração da similitude entre a matéria objeto da repercussão geral e o caso tratado nos autos. Prossegue afirmando que a controvérsia dos autos não envolve a discussão do Tema 810, o que afasta a aplicação do referido paradigma e possibilita o julgamento do recurso especial.

Sem contrarrazões da parte contrária.

É o relatório.

A irresignação não merece acolhida.

Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022, I e II, do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

Com efeito, ficou expressamente consignado no aresto embargado que a questão jurídica relativa ao art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 teve a análise suspensa por determinação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 870.947/SE, Tema 810.

A matéria foi invocada pela embargante, por meio da petição de recurso especial, para que este Tribunal examine a alegada violação do dispositivo legal, pois, dentre outros argumentos, "o acórdão recorrido partiu de premissa equivocada, no que tange à determinação do sistema de cálculo dos juros de mora e da correção monetária, após 25/03/2015, ao afastar a aplicação do art. 5º da Lei n. 11.960/09, considerando a declaração de inconstitucionalidade parcial por arrastamento do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pelo art. 5º da Lei n. 11.960/2009, proferida pelo Pleno do e. STF no julgamento das ADIs n. 4.357/DF e n. 4.425/DF, em 14/03/2013" (e-STJ, fl. 737).

Nesse sentido, encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem

aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015

Ademais, ficou claro na decisão que somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, o apelo nobre deverá ser encaminhado, em sua totalidade, para este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Destaca-se, por oportuno, que, "ainda que parte das questões impugnadas no recurso especial sejam distintas daquela objeto da afetação pelo STF, aplicável se mostra, *mutatis mutandis*, o comando previsto no art. 1.037, § 7º, do CPC/2015, cujo regramento determina seja julgada em primeiro lugar a matéria afetada, para apenas depois se prosseguir na resolução do especial apelo, relativamente ao resíduo não alcançado pela decisão dada em repercussão geral" (AgInt no REsp 1.365.862/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

Portanto, não há falar em omissão quanto à análise das questões suscitadas pela insurgente, não sendo cabíveis os presentes embargos, haja vista que a real intenção da parte embargante não é sanar alguma omissão, contradição ou obscuridade no acórdão impugnado, e sim rediscutir o que aqui ficou claro e coerentemente decidido, buscando efeitos infringentes em situação na qual não são cabíveis.

Colaciono precedente desta Corte de Justiça sobre o assunto:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRECLUSÃO. ERRO MATERIAL NÃO CARACTERIZADO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal *a quo* julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A apontada afronta dos arts. 502, 505, I, 535, IV, 948, 950, 1022 e 1036 do CPC/2015; 27 e 28 da Lei 9868/1999 não pode ser analisada, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre esses dispositivos legais. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

3. Não caracteriza contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, visto que é possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante.

4. No caso dos autos, o Tribunal de origem entendeu que a reivindicação quanto ao excesso de execução está preclusa, porquanto não se trata de erro material, passível de correção. É o que se depreende do seguinte excerto do acórdão recorrido (fls. 620-621, e-STJ): "Ocorre que o excesso de execução -

no caso a limitação temporal - é matéria de defesa do executado e não de ordem pública.

Com efeito, o excesso deveria ter sido suscitado no momento oportuno, providência essa que a embargante não adotou. [...] Nesse momento, não sendo a caso de erro material, em respeito ao princípio da segurança jurídica, a conta não pode ser modificada no que tange aos seus critérios e elementos não oportunamente impugnados".

5. Com efeito, nos termos da jurisprudência do STJ, erro material, alterável a qualquer tempo, é aquele derivado de simples cálculo aritmético, ou inexatidão material, e não decorrente de elementos ou critérios de cálculo. Assim, quanto aos artigos de lei apontados, quais sejam, art. 917, III, do CPC/2015 e art. 1º-E da Lei n. 9.494/1997, não merece provimento o apelo, porque, no caso dos autos, eventual existência de excesso de execução não decorre de erro material nos cálculos apresentados, não podendo ser corrigido a qualquer momento.

6. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.715.955/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/3/2018, DJe 2/8/2018)

Considerando que a decisão abordou todos os pontos necessários ao deslinde da controvérsia, fica prejudicada a análise da petição de fls. 967-970 (e-STJ).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator